

Agricultura Urbana: Potencial Socioambiental?

Ricardo de Campos Leinig

*Os agentes da micropolítica são
pessoas plantando horta no quintal
de casa, abrindo calçadas para
deixar brotar seja lá o que for.
Elas acreditam que é possível
remover o túmulo de concreto das
metrópoles.
([Ailton Krenak](#))*

Bastante antes de Cabral, em períodos que se igualam aos das cidades-estados gregas – as Pólis – análises arqueológicas de [Charles Clement e outros](#) dão conta de uma Amazônia com cerca de oito milhões de pessoas. Elas coletavam, domesticavam e transformavam espécies não humanas. De raízes e tubérculos a árvores, manejavam e plantavam. Promoveram, e em muitos contextos ainda o fazem, o que o antropólogo [Willian Balée](#) denominou como indigeneidade das paisagens. No Brasil, em 2019, apenas o município de São Paulo supera, em quantidade, a gente amazônica daquele período.

De lá até aqui, o conjunto de dados existentes em variadas áreas do conhecimento conduz à compreensão de que não se pode falar em algum tipo de cidade, em qualquer período, onde a agricultura não existiu. Sobretudo, como o parágrafo anterior sugere, quando se ampliam as reducionistas noções europeias de cidade e agricultura.

De quando a agricultura foi elemento imperativo à própria formação das cidades onde produção e consumo coexistiam em um mesmo território, passando para as fraturas urbanas a que foi lançada nas atuais cidades hegemonicamente consumidoras. Adquirindo centralidade momentânea em períodos de crises dessas mesmas cidades por variados motivos, especialmente guerras. Ou, como no caso de [Cuba](#), quando o desenvolvimento permanente da agricultura urbana se deu por, entre outros motivos e

com centralidade, o bloqueio econômico imposto à Ilha após a derrocada do bloco soviético. Chegando, enfim, à nova propulsão que se observa nas duas últimas décadas.

Agricultura Urbana, em si, é uma expressão que emerge para dar conta de uma grande diversidade de modos de plantar nas cidades, que até há pouco tempo não recebia essa classificação. Anteriormente à década de 1980 se faziam muitas coisas: plantações, hortas, jardinagem, entre outras tantas, mas não agricultura urbana. Assim, para diferenciar esse conjunto de práticas que a expressão passa a abrigar de, por exemplo, a agricultura não urbana, [Luc Mougeot](#), pesquisador canadense, define que a Agricultura Urbana é um sistema indissociável do ecossistema urbano. Ou seja, todas as etapas dos processos ocorrem no interior da cidade: plantio, processamento, comércio, quando é o caso, e consumo. Os elementos relacionados a esses ciclos também advém do ambiente urbano e periurbano. Resíduos orgânicos gerados na cidade que aportarão energia aos sistemas de cultivo são um dos elementos privilegiados do sistema.

No entanto, para além do guarda chuva geral conceitual que forja um código comum de comunicação entre agências governamentais e internacionais, ativistas, coletivos, movimentos sociais e, de modo mais geral, a sociedade civil, a diversidade de modos de plantar na cidade segue existindo.

O crescimento dos centros urbanos, acompanhado do aumento da densidade demográfica, da fome, da pobreza, dos problemas de saúde coletiva, da geração de resíduos e outras formas de degradação ambiental, são preocupações centrais dos poderes públicos e agências internacionais. Para estes atores, a agricultura urbana tem potencial de contraponto a cada um desses dilemas. Segurança alimentar, geração de renda, diminuição de vetores de doenças e promoção da saúde através de alimentação saudável e atividades físicas, transformação de resíduos em insumos, conservação de fontes hídricas, sequestro de carbono, formação de paisagens e microclimas e conservação do solo, segundo [pesquisa promovida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária](#) (Embrapa), dos engenheiros agrônomos Altair Machado e Cynthia Machado.

Por sua vez, movimentos sociais e outros coletivos criticam o poder público e as agências internacionais ao afirmarem que as intenções publicizadas não superam a retórica, que, em realidade, a abordagem de agricultura urbana utilizada por estes atores das instituições oficiais serve para responsabilizar as parcelas excluídas da sociedade

por sua própria exclusão. Há, ainda, atores que buscam equilibrar críticas e potenciais transformadores contidos nas organizações oficiais. Afirmam que se por um lado é verdade que não enfrentam as desigualdades de vida e oportunidades, por outro, ao minimamente apoiarem iniciativas de articulações e redes de agricultura urbana em zonas pauperizadas do planeta, estão gerando um movimento de empoderamento social que tende a crescer e passar a contar nas instâncias de decisão sobre os rumos das cidades. A tese de doutorado de [Daniela Almeida](#), sobre agriculturas e produção na região metropolitana de Belo Horizonte, ilustra este cenário detalhadamente.

Em Nova Iorque, no início da década de 1970, surgem movimentos que associam os plantios nas metrópoles às estratégias de guerrilha. [Green Guerrillas](#) e [Community Garden](#), que existem até hoje e inspiraram outros movimentos iguais em inúmeras cidades do mundo, caso do [Guerrilla Gardening France](#). Plantios guerrilheiros não autorizados com bombas de sementes, reivindicação da restauração ecológica dos centros urbanos, apropriação comunitária de espaços públicos e privados, alimentação saudável e autônoma, empoderamento e protagonismo feminino (e negro sobretudo nos Estados Unidos), entre outros, são práticas comuns a todos esses grupos. Atualmente, é cada vez mais comum a aproximação entre a jardinagem comunitária urbana e os movimentos e coletivos de permacultura, cujos ativistas consideram que a agricultura urbana deve ser indissociável da agroecologia.

No extremo oposto, a expansão crescente das hortas urbanas, de outras iniciativas de agricultura urbana e o entendimento de que se trata de uma tendência irreversível, as megacorporações do agronegócio dão seus primeiros passos nessas ações. O [Projeto Plantaria](#), da empresa Monsanto, é um exemplo concreto disso. Um *truck* que circula por pontos da cidade de São Paulo cujas identidades estão associadas ao verde e à natureza e que ensina as pessoas a fazerem os mais variados tipos de plantios, mas especialmente de hortas residenciais. [Greenwashing](#) e expansão dos negócios.

Felizmente, até o presente momento, da diversidade possível de agricultura urbana, na grande maioria dos exemplos, tanto naquelas originadas por iniciativas autônomas, comunitárias ou ativistas, quanto nas assistidas pelo poder público ou, ainda, na articulação entre estes atores, existe um entendimento hegemônico mínimo da

inadequação e conseqüente vedação da utilização de agroquímicos, especialmente defensivos agrícolas.

Em diversos níveis, o que está em jogo é a opção política existencial e ambiental que o sócio urbano faz. Nas relações diretas entre humanos e não humanos, melhor ainda quando entendidas para as relações entre humanos e as [coisas de Tim Ingold](#), que incluem vida/movimento aos humanos, não humanos biológicos e aos não biológicos. Aos orgânicos e inorgânicos. Elementos para relações, aqui, fundamentais: gente, bicho, planta, pedra, solo, água, ar e vento, tronco cortado, aparas de grama, etc.

Parece que inequivocamente positiva, a expansão em si da agricultura urbana, conforme conceituada por Mougeout, tende a melhorar o equilíbrio desejado entre produção e consumo na cidade. Cidades que deixam de ser desertos da comida imperativamente importada de outras regiões, muitas vezes muito distantes, passam a ser menos geradoras da destruição, contaminação ou desequilíbrio massivos das coisas ar, águas, gente, bichos, plantas, morros, etc., – invisíveis para o morador urbano porque ocorrem em lugares/relações/malhas distantes.

Deixando a relação cidade/não-cidade e pondo foco nas relações do interior da cidade, há que se considerar potenciais negativos e positivos da agricultura urbana. Nesse sentido, as escolhas políticas a serem feitas envolvem as possibilidades de lugar para plantar e os modos de se plantar.

De saída e sem dúvida negativo é o modelo das megacorporações do agronegócio. A reprodução do que já se vê na agricultura convencional. Excesso de controle humano sobre as malhas das coisas já citadas. Excessiva substituição das mediações de coisas biológicas por não biológicas. Desequilíbrio que acarreta na contaminação, degradação e produtos finais a serem consumidos com baixíssima qualidade alimentar. Esse excessivo controle humano é, aliás, em tudo, harmônico ao modelo hegemônico contemporâneo das próprias metrópoles. Uma poderosa cerca simbólica de um sócio que impede a entrada de um ambiente mais livre em suas próprias regras. O contraponto a isso só pode ser as cercas reais das unidades de conservação que teimam em inventar um ambiente sem sócio. Ir contra, então, o modelo da agricultura convencional no interior da cidade é, ao mesmo tempo, questionar o próprio modelo de cidade.

Os potenciais positivos nascem das relações de vizinhos que passam a se conhecer justamente nas ações de plantio e transformação de seus espaços e forjam a comunidade: na reivindicação e ação direta por novos espaços; na maior permissão de mediações de coisas biológicas em seus fluxos de formação de solos, nutrição e polinização das plantas, entre outros; no não controle exacerbado, mas no cuidado no sentido de Isabelle Stengers, já ricamente ilustrado em [texto anterior desta coluna](#) de diversidade socioambiental; no traçar caminhos urbanos constituídos por espécies comestíveis manejáveis e perenes; na utilização dos resíduos orgânicos das residências, das podas de gramas de árvores dos quintais e espaços públicos do bairro/comunidade; na produção de alimentos com rico potencial nutricional; na autonomia de produção desses alimentos, seu processamento, troca e comércio na própria região; no conhecimento e troca de saberes e experiências, incluindo as gastronômicas, sobre as [plantas alimentícias não convencionais](#) que forçam frestas de calçadas, emergem em todos os lugares e são extremamente adaptadas às pactuações de convivência entre as coisas constituintes de cada local.

Todos estes potenciais positivos existem empiricamente. Acontecem em São Paulo, na [Horta das Corujas](#), na [Horta City Lapa](#) e outras. Em Curitiba, na [Horta do Jacu](#), na [Horta Comunitária de Calçada do Cristo Rei](#) e outras. Em [Detroit](#) e em tantas outras metrópoles mundiais.

Ailton Krenak gosta de ver gente “abrindo calçadas pra deixar brotar seja lá o que for” e de gente que acredita que “é possível remover o túmulo de concreto das metrópoles”. Este caminho lógico tende a retirar a metrópole dos rumos traçados pelos desdobramentos das cidades-estados gregas e a reposicioná-la na malha das cidades amazônicas (entendimento do autor), que duraram cerca de três mil e quinhentos anos e que os desdobramentos seguem como potencial a ser experimentado. As segundas mais povoadas de gentes e outras coisas e menos dicotômicas que as primeiras. De sócio mais ambiental e ambiente mais social.